

21/08/2017

PLENÁRIO

AG.REG. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.803 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. INSCRIÇÃO DE ESTADO-MEMBRO NO SIAFI/CAUC. ATUAÇÃO DO ESTADO EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. AUSÊNCIA DE SANEAMENTO DA QUESTÃO, PELO ESTADO, APÓS AUTUAÇÃO PELA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO. PLEITO INCIDENTAL DE RECONHECIMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 25, IV, a, DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000. INDEFERIMENTO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - Atuação do Estado em desconformidade com a legislação aplicável, que, autuado pela Delegacia Regional do Trabalho, deixou de sanar as irregularidades em prazo razoável.

II - Constitucionalidade do art. 25, IV, a, da Lei Complementar 101/2000, que em nada ofende o princípio da proporcionalidade (Constituição, art. 5º, LIV), situando-se dentro da margem de conformação do legislador para garantia da responsabilidade no trato da coisa pública.

III - Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual do Plenário, na conformidade da ata de julgamentos, por

ACO 1803 AGR / DF

unanimidade e nos termos do voto do Relator, negar provimento ao agravo regimental.

Brasília, 21 de agosto de 2017.

RICARDO LEWANDOWSKI – RELATOR

21/08/2017

PLENÁRIO

AG.REG. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.803 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** (Relator): Trata-se de agravo regimental interposto por Estado-membro contra decisão de minha lavra que julgou improcedente Ação Cível Originária ajuizada contra a União, com o objetivo de afastar os apontamentos de inadimplência nos cadastros de inadimplentes do Governo Federal (SIAFI/CAUC/CADIN).

O agravante insistiu nos argumentos já rechaçados, em especial na nulidade da inscrição do Estado no CAUC por não ter-lhe sido assegurada a ampla defesa e o contraditório e na declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 25, IV, **a**, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É o relatório.

21/08/2017

PLENÁRIO

AG.REG. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.803 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** (Relator): Bem examinados os autos, verifico que a decisão agravada não merece reforma.

Por oportuno, transcrevo o inteiro teor da decisão guerreada:

Trata-se de Ação Civil Originária proposta pelo Estado do Rio Grande do Norte contra a União. O autor alegou que a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) lavrou duas autuações em seu desfavor, de números 018.331.335 e 018.331.343, e que tão logo o prazo para pagamento decorreu, foi inscrito no SIAFI(CADIN)/CAUC/CONCONV, o que lhe vem causando inestimáveis prejuízos, sobretudo na área da educação.

Explicou que as autuações decorrem da admissão de professores como estagiários, e que a conduta adotada pelo Estado tem um duplo escopo: qualificação da mão de obra e assegurar a continuidade das aulas.

Relatou ter firmado um acordo perante juízo trabalhista em que se comprometeu a observar todos os termos da Lei 11.788/08, notadamente, ABSTENDO-SE de contratar estagiários em razão de afastamento decorrente de licença-médica ou vacância de cargos dos seus titulares.

Afirmou que as negociações continuam em curso, dadas as dificuldades financeiras pelas quais passa o Estado, e que, por isso, foram precipitadas as autuações.

Asseverou que a atuação da ré ofendeu ao princípio da proporcionalidade, pelos prejuízos causados à população do Estado em razão da inscrição nos cadastros mencionados, que a vedação estipulada pelo art. 25, IV, **a**, parte final, da Lei Complementar 101/2000, no que tange às transferências voluntárias e à concessão da garantia pela União, não é

ACO 1803 AGR / DF

adequada para atingir o fim de promover a reposição ao Erário e não se mostra proporcional no sentido estrito do princípio, já que implica a paralisação de operações financeiras vitais aos entes federados.

Insistiu em que não lhe foram assegurados o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório antes da sua inclusão no SIAFI (CADIN) / CAUC, e também que foi desconsiderado o Termo de Acordo firmado perante o Juízo da 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Natal/RN, com a interveniência da Procuradoria Regional do Trabalho.

Requeru a retirada liminar de seu nome e a declaração de nulidade do registro no sistema SIAFI/CADIN/CAUC em face das autuações do Ministério do Trabalho, através da DRT/RN, e que seja declarada, em controle difuso, a inconstitucionalidade da expressão bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos contida na parte final do art. 25, IV, a, da Lei Complementar 101/2000, ou, sucessivamente, que se dê interpretação conforme para excluir interpretação que impossibilite o autor de contratar operações de crédito externo e interno, receber garantias da União e transferências voluntárias, celebrar convênios, pela autuação da Delegacia Regional do Trabalho.

A União foi intimada a se manifestar sobre o pedido liminar (documentos eletrônicos 16 e 19). Na sua defesa preliminar, arguiu que ao Estado foram conferidas todas as oportunidades de defesa, e que os autos de infração estão revestidos de todas as formalidades legais exigidas.

Ressaltou que o acordo firmado não abrangeu a anulação das autuações, até mesmo porque essas foram feitas nos termos da lei, e que as transferências que lhe são negadas são apenas as voluntárias.

Por isso, afirmou que a regra é sensível às necessidades da população, como demonstra o art. 25, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo indeferimento da liminar e, ao final, pela improcedência do

ACO 1803 AGR / DF

pedido (documento eletrônico 20), realçando a importância da responsabilidade fiscal na gestão pública, e que mesmo após o decurso de longo período de tempo, o problema do preenchimento regular do quadro de professores da rede pública de ensino estadual não foi integralmente solucionado, de forma que o acordo foi descumprido.

A liminar foi deferida (documento eletrônico 21) e posteriormente confirmada em agravo regimental (documento eletrônico 50).

A União apresentou contestação (documento eletrônico 43), em que primeiramente aduziu a ausência de interesse processual em razão de outras inscrições no CAUC em nome do Estado autor.

No mérito, repetiu os fundamentos jurídicos que já havia adiantado em manifestação contrária à concessão da liminar. Requereu a extinção sem resolução do mérito e, subsidiariamente, a improcedência.

Intimadas as partes a especificar provas (documento eletrônico 53), estas pleitearam o julgamento imediato da lide (documentos eletrônicos 56 e 57), e o feito foi saneado (documento eletrônico 60).

A Procuradoria-Geral da República ratificou seu parecer anterior (documento eletrônico 71).

Na sequência, as partes foram intimadas a se manifestar sobre a possibilidade de composição na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal CCAF e a manutenção, ou não, de interesse na continuidade da presente ação (documento eletrônico 72). Apenas a União se manifestou (documento eletrônico 76).

É o relatório. Decido.

Bem examinados os autos, rejeito a preliminar de ausência de interesse processual, haja vista que cada inscrição dos Estados-membros nos cadastros desabonadores decorre de situação específica, sendo adequado o ajuizamento de ação que busque a suspensão de cada rubrica isoladamente.

No mérito, o pedido inicial é improcedente.

ACO 1803 AGR / DF

A prova dos autos permite afirmar com segurança que o Estado autor estava agindo em desconformidade com a legislação aplicável quando das autuações pela Delegacia Regional do Trabalho, e que não sanou a situação em prazo razoável, pois nem mesmo chegou a cumprir integralmente o acordo firmado em juízo. Além disso, o acordo não previa a anulação das autuações, do que se infere sua independência em relação ao acordo feito em juízo.

Rejeito o pedido de declaração incidental de inconstitucionalidade art. 25, IV, *a*, da Lei Complementar 101/2000, que em nada ofende o princípio da proporcionalidade (Constituição, art. 5º, LIV), situando-se dentro da margem de conformação do legislador para garantia da responsabilidade no trato da coisa pública.

Assim, são legítimas as restrições estabelecidas em referida norma legal e justificadas por razões de interesse público, ressaltando-se que as limitações dizem respeito apenas a transferências voluntários.

Além disso, a própria LRF excepciona da suspensão dos repasses os setores estratégicos e essenciais à população, haja vista que, nos termos do § 3º do art. 25, [p]ara fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetua-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

No mais, pode-se constatar que ao Estado foram conferidas as oportunidades de defesa cabíveis e que este não impugnou, no mérito, o teor dos autos de infração (documentos eletrônicos 12 e 13). Pelo contrário, tanto está ciente da desconformidade legal de seu procedimento que está em tratativas para adaptar-se aos ditames legais.

Isso posto, julgo improcedente o pedido inicial.

Condeno o autor ao pagamento de honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil.

Os argumentos lançados no regimental do Estado-autor não são

ACO 1803 AGR / DF

capazes de afastar os fundamentos da decisão combatida, que, por tal razão, deve ser mantida.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

É como voto.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.803

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

AGDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Plenário, sessão virtual de 11 a 18.8.2017 (Portaria nº 174, de 8 de agosto de 2017).

Composição: Ministros Cármen Lúcia (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

p/Doralúcia das Neves Santos
Assessora-Chefe do Plenário